



Parlamentares tentam levar hoje Orçamento de 2015 ao Plenário

Jefferson Ruy/Agência Senado



Caso proposta orçamentária não seja aprovada agora, votação ficará para fevereiro, depois que os novos deputados e senadores tomarem posse. Comissão Mista de Orçamento tem reunião marcada para as 14h30

Os senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento se encontrarão hoje para tentar aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, para que ela vá imediatamente depois para o Plenário

do Congresso. Para que isso ocorra, tanto os dez parlamentares encarregados dos relatórios setoriais quanto o relator-geral deverão apresentar as propostas. Recesso parlamentar vai de amanhã até 31 de janeiro. **2**

Romero Jucá, relator-geral da proposta do Orçamento de 2015, debate com senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento

Diplomação de Dilma e Temer tem presença de Renan e outras autoridades **2**

Texto sobre biografia não autorizada será prioridade, afirma Ricardo Ferraço **3**

José Sarney recebe homenagem de funcionários do Senado **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores aprovaram, na quarta-feira, projeto que corrige, para o próximo ano, a tabela do Imposto de Renda

Para vice-líder, Dilma vetará correção do Imposto de Renda

De acordo com o senador Gim, o Ministério da Fazenda recomendará veto ao trecho da medida provisória que reajusta

em 6,5% a tabela do Imposto de Renda. O governo quer 4,5%, de modo a haver menos isenções. **3**

Despedidas de senadores movimentaram a semana

Ana Rita, Anibal Diniz e Mozarildo Cavalcanti foram os últimos a se despedir na tribuna. Foram responsáveis pela defesa de causas como a luta pelos direitos humanos, pela ampliação de candidaturas de mulheres ao Senado e pela criação de universidade e escola técnica em Roraima, respectivamente. **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13

Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência. **É o Congresso Nacional colaborando para a conquista da cidadania.**

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraLei



Secom | Criação e Marketing

Comissão tenta aprovar hoje Orçamento 2015

Essa será a última oportunidade para senadores e deputados votarem neste ano a lei orçamentária. Caso isso não ocorra, a apreciação da proposta terá de ficar para fevereiro, na próxima legislatura

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para as 14h30 de hoje, último dia de atividades do Legislativo antes do recesso (23 de dezembro a 31 de janeiro). Deputados e senadores tentarão aprovar o relatório final do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015.

Para que isso ocorra, terão de ser entregues até hoje os dez relatórios setoriais e o próprio relatório de Jucá. Caso os parlamentares consigam concluir a votação na CMO, a proposta orçamentária tem de seguir para ser votada no mesmo dia no Plenário do Congresso. Caso contrário, o Orçamento 2015 só poderá ser votado a partir de fevereiro, na nova legislatura.

Está pendente de apreciação pela CMO o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) com as medidas saneadoras



Jucá (3º à esq.) discute pontos do Orçamento de 2015 com parlamentares

adotadas e as pendências relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves executadas com recursos da União em 2013.

O Aviso 8/2014 traz informações que vão embasar o voto da CMO quanto à continuidade no repasse de recursos orçamentários a esses empreendimentos. Depois, o relatório do TCU irá para o Plenário do Congresso.

O coordenador do comitê do Congresso que avalia as obras e os serviços com indícios de

irregularidades, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), propôs a liberação de dois empreendimentos que estão com recomendação de paralisação por parte do TCU. O primeiro é a implantação do sistema de esgotamento sanitário de Pilar (AL). O segundo é a construção da Avenida Marginal Leste, em Teresina. Segundo Raupp, o próprio TCU informou que os problemas dos dois empreendimentos foram sanados ou os contratos foram rescindidos.

Nome de Vital para o TCU é publicado no Diário Oficial

Foi publicada na sexta-feira a nomeação do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O ato, publicado no *Diário Oficial da União*, é assinado pela presidente Dilma Rousseff. Vital ocupará a vaga com a aposentadoria do ministro José Jorge, que completou 70 anos.

Não há previsão sobre a data de renúncia no Senado,

nem sobre a posse no TCU. Vital do Rêgo presidiu a CPI Mista da Petrobras, comandou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e relatou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, que serve como base para a elaboração do Orçamento. O primeiro suplente do senador é o empresário Raimundo Lira (PMDB), que já foi senador entre 1987 e 1995.

Aureliano quer dar a Três Pontas título de Capital do Café



Moreira Moritz/Agência Senado

Antônio Aureliano (PSDB-MG) pediu apoio a proposta dele de dar a Três Pontas, no sul de Minas Gerais, o título

de Capital Nacional do Café. A cidade é sede da maior feira nacional de negócios do café, a Expocafé. De acordo com o senador, R\$ 220 milhões são negociados no evento a cada ano.

— Isso mostra a força da cidade como grande polo cafeeiro do país.

Aureliano disse que a produção cafeeira no Brasil, embora tenha sofrido com a seca deste ano, ainda continua na liderança isolada do mundo. De cada três xícaras de café consumidas no planeta, uma é feita de café brasileiro.

Renan vai à diplomação de Dilma e do vice, Temer

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prestigiou na quinta-feira a cerimônia de diplomação da presidente da República, Dilma Rousseff, e do vice-presidente, Michel Temer, no Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A diplomação, que formaliza a condição de eleitos e habilitados para a posse nos cargos, foi feita pelo presidente do TSE, ministro Dias Toffoli.

Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno das eleições de outubro com 54,5 milhões de votos (51,64%), superando o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que obteve 51,04 milhões de

votos (48,36%). No primeiro turno, Dilma teve 43,26 milhões (41,59%), contra 34,89 milhões (33,55%) de Aécio e 22,17 milhões (21,32%) da ex-senadora Marina Silva.

Também acompanharam a solenidade de diplomação, entre outras autoridades, os ex-presidentes da República José Sarney (PMDB-AP) e Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski; o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; e o procurador-geral da República e eleitoral, Rodrigo Janot.



Renan, Lewandowski, Dias Toffoli e Dilma em cerimônia de diplomação

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão destinada a pronunciamentos e comunicados da Mesa.

CMO Relatórios da LOA 2015

14h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para análise dos relatórios setoriais e do documento final da Lei Orçamentária Anual de 2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Vital do Rêgo teve nome publicado, mas ainda não se desligou do Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Dilma deve vetar correção do Imposto de Renda

Informação é de Gim, vice-líder do governo. Alteração da tabela aprovada no Congresso Nacional prevê isenção maior do que a defendida pelo Palácio do Planalto

AINDA É INCERTA a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 6,5%, prevista na Medida Provisória 656/2014, que foi aprovada na quarta-feira pelo Senado e seguiu para a sanção da presidente Dilma Rousseff. De acordo com o primeiro-vice-líder do governo, Gim (PTB-DF), o reajuste foi incluído pelos parlamentares na MP, mas não há um compromisso da presidente de sancioná-lo.

— O veto é quase certo. Podemos até tentar reverter essa tendência, mas o Ministério da Fazenda vai orientar em sentido contrário, já que o momento é muito difícil — avaliou o senador, referindo-se à necessidade do governo de reforçar o caixa.

Com o reajuste da tabela, amplia-se a faixa de isenção do imposto de R\$ 1.787,77 para R\$ 1.903,98. Em consequência,



Gim, vice-líder do governo: "Veto é quase certo. Podemos tentar reverter tendência, mas Fazenda vai orientar o contrário"

reduz-se o imposto coletado pela Receita Federal.

Gim lembrou que o compromisso do governo era de um reajuste de 4,5%. Segundo ele, para restringir o reajuste a esse percentual e elevar a faixa de isenção para R\$ 1.868,21, o

governo deve baixar uma nova MP ainda em 2014, de modo que a mudança possa valer para a declaração do Imposto de Renda em 2015 — qualquer alteração na legislação tributária tem de ser feita no ano anterior à entrada em vigor.

— Vamos discutir isso na semana que vem [nesta semana] com o governo — informou.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), um eventual veto de Dilma ao reajuste das tabelas se explicaria pelas dificuldades fiscais do governo:

— Sou contra qualquer forma de arrocho, mas entendo que cada centavo é importante neste momento.

O relator da MP, Romero Jucá (PMDB-RR), defende o reajuste por repor perdas causadas ao contribuinte pela inflação, mas disse que essa é uma decisão que tem que ser tomada pela presidente e anunciada pela liderança do governo:

— Como relator, acatei a emenda que veio da Câmara. Acho importante o reajuste na tabela do Imposto de Renda. A presidente falou durante a campanha que reajustaria a tabela. Eu acho que é uma decisão que precisa ser tomada e é justa para a sociedade brasileira.

Ana Amélia (PP-RS) disse que a correção da tabela é um anseio da sociedade e uma promessa que será cobrada de Dilma pelos eleitores.

Sarney rejeita denúncia que liga filha a corrupção na Petrobras

Homenageado na sexta-feira por servidores do Senado no momento em que se despede da vida pública, José Sarney (PMDB-AP) fez um discurso de agradecimento no qual se referiu ao momento vivido pelo país. Ele disse que são intensas as denúncias de corrupção contra o governo, falou da "maldade que a política traz" e avaliou que, atualmente, "não se quer mais a disputa, quer-se é destruir o adversário".

Terminado o discurso, cercado por jornalistas, Sarney lembrou que assumiu a Presidência da República em 1985 num clima que indicava que ele poderia ser deposto, tendo ele conseguido, naquelas condições, fazer o país transitar para a plena democracia.

— Garanti a Constituição

e coloquei na pauta das preocupações nacionais os problemas sociais, que passaram a ser prioritários a partir de meu governo — disse Sarney.

Sarney foi indagado sobre a lista publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* com nomes de vários políticos que teriam sido delatados pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e acusados de terem se beneficiado de esquema de corrupção operado na Petrobras. Ao ser informado de que o nome da filha dele, a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney, está na lista dos supostos beneficiados, Sarney respondeu:

— Não acredito, jamais! Eu conheço o caráter da minha filha. Isso é alguma coisa dirigida.

Renan repudia acusação de envolvimento no caso da estatal

A Presidência do Senado divulgou uma nota rebatendo a reportagem "Ex-diretor citou em delação 28 políticos beneficiários de esquema na Petrobras", publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na sexta: "As relações do senador

Renan Calheiros com todos os diretores da estatal nunca ultrapassaram os limites institucionais. Não há chance alguma de o senador ter tratado de temas não republicanos com qualquer pessoa ou executivos dessa ou outra estatal".

Ferraço quer prioridade para projeto sobre biografias

O projeto da Câmara que altera o Código Civil para liberar a publicação de biografias não autorizadas de pessoas públicas deverá ter prioridade na agenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na retomada dos trabalhos legislativos, em fevereiro. Essa é a expectativa do relator da matéria, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— No retorno dos trabalhos em fevereiro, nós vamos voltar com esse tema com absoluta prioridade — afirmou.

Atualmente, o Código Civil proíbe a publicação de livros ou a divulgação de filmes que revelem fatos sobre a vida de uma pessoa sem sua autorização. O projeto (PLC 42/2014), do deputado Newton Lima (PT-SP), diz que "a ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou que esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade".

Ferraço afirma que a censura prévia para publicação de biografias coloca o Brasil na contramão da via democrática.



Censura prévia para biografias põe país na contramão da democracia, diz senador

— Em nenhum lugar no mundo civilizado e democrático isso existe. Estou absolutamente convencido do acerto que será eliminarmos, de uma vez por todas, esse entulho autoritário que está presente no artigo 20 do nosso Código Civil — argumentou.

O texto em exame na CCJ também prevê que o biografado, caso queira reclamar de uma ofensa ou de um excesso, poderá se valer dos juizados especiais, pedindo a exclusão do trecho ofensivo em edição futura da obra, incluída por emenda da Câmara.

Contrário à medida, Ferraço explica que os juizados especiais foram criados para descongestionar a Justiça e têm sido utilizados em questões

sobre direitos do consumidor.

— Na prática, a lei [dos juizados especiais] é frágil porque o juiz que faz o julgamento está em período probatório e não cabe recurso. Considerei inadequada a emenda porque, na prática, poderia representar uma censura posterior, é como se tivéssemos superado a censura prévia e incorporado uma censura posterior — afirma.

O relator sugere incluir na lei parágrafo dizendo que "as ações judiciais da pessoa que se sentir prejudicada em sua honra, boa fama ou respeitabilidade serão processadas pelo rito sumário previsto no artigo 275 do Código de Processo Civil". Assim, ele espera que a proposta passe na CCJ e siga para decisão final no Plenário.

Paim celebra reaproximação entre Cuba e Estados Unidos

O reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos, anunciado na quarta-feira pelos presidentes dos dois países, foi saudado em Plenário, na quinta-feira, por Paulo Paim (PT-RS).

— Vislumbramos no horizonte um novo porvir, não

só para aquela região, como também para as três Américas, com mais integração social e econômica, ajuda mútua e respeito às diversidades — disse o senador.

Ele ressaltou que a longa negociação, de 18 meses, culminou com um acordo que

prevê, num primeiro momento, a reabertura de embaixadas em Havana e Washington, maior facilidade para viagens e uma gradual eliminação do embargo comercial americano ao país caribenho.

— Saudemos os líderes máximos desses dois paí-

ses: Barack Obama e Raúl Castro. Aclamemos o papa Francisco pelo papel decisivo de encorajar os dois lados a um acordo — declarou o parlamentar, que apresentou requerimento com um voto de aplauso aos três líderes e aos dois países.



Ana Rita, Anibal e Mozarildo subiram à tribuna para destacar as principais contribuições deles ao Legislativo e pedir que colegas deem prosseguimento a algumas propostas

Senadores fazem balanço em despedidas

Outros três senadores se despediram na quinta-feira dos mandatos. Ana Rita, Anibal Diniz e Mozarildo Cavalcanti deixam a Casa a partir de 31 de janeiro. Ao lembrar a atuação, Ana Rita destacou a luta em prol dos direitos humanos, em especial o da mulher. O senador

Anibal Diniz disse que optou por não se candidatar nas últimas eleições, mas que vai continuar na carreira política. Já Mozarildo Cavalcanti, que não se reelegeu, lembrou iniciativas a favor do estado, como a criação da Universidade Federal de Roraima e de uma escola técnica federal no estado.

Para Ana Rita, seu maior legado foi a CPMI da Violência contra a Mulher

Em discurso no Plenário, quinta-feira, Ana Rita (PT-ES) resumiu seus quatro anos de Senado. Ela lembrou que assumiu em 2011, depois que o ex-senador Renato Casagrande, de quem era suplente, foi eleito governador do Espírito Santo.

A senadora disse que 2011 representou um momento especial para o Brasil, pois Lula estava saindo com grande apoio popular, cedendo lugar à primeira mulher na Presidência do país, Dilma Rousseff.

— Foi nesse contexto que assumi o meu mandato, que cumpriu o papel de dar sustentação ao governo Dilma, dar apoio às causas sociais, em defesa da democracia e dos direitos humanos — declarou.

— Foi nesse contexto que assumi o meu mandato, que cumpriu o papel de dar sustentação ao governo Dilma, dar apoio às causas sociais, em defesa da democracia e dos direitos humanos — declarou.

Ana Rita foi vice-líder do PT e a primeira mulher a presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ela relatou 142 projetos e fez mais de 200 pronunciamentos no Plenário. Direitos das mulheres, humanos e trabalhistas, cooperativismo e agricultura familiar estão entre os temas dos 31 projetos que Ana Rita apresentou durante o mandato.

Na visão da senadora, porém, seu maior legado no Congresso foi o trabalho final da CPI Mista da Violência contra a Mulher, da qual ela foi a relatora. Ela informou que coordenou 121 audiências públicas e encaminhou às autoridades mais de 180 denúncias de violação dos direitos humanos para o trabalho.

Anibal Diniz (PT-AC), Antônio Aureliano (PSDB-MG) e Jorge Viana (PT-AC) elogiaram o trabalho em prol dos direitos humanos, além de agradecer o carinho e a atenção da colega.



Moreira Matiz/Agência Senado

Anibal deixa Casa e diz que instituição foi a escola da melhor política do país

Anibal Diniz (PT-AC) também se despediu na quinta-feira. No discurso, agradeceu a oportunidade de ter estado no que classificou como a escola da melhor política brasileira, referindo-se ao Senado. Agradeceu a Deus, à família dele, ao PT do Acre, ao senador Jorge Viana (PT-AC) e ao governador do Acre, Tião Viana, dupla com quem atua na política há mais de 20 anos.

Anibal explicou que não se candidatou nas eleições por causa da composição para reeleger Tião Viana.

Citando um trecho de música de Gonzaguinha — “viver a beleza de ser um eterno aprendiz” —, Anibal afirmou que se colocou como aprendiz no Senado: aprendendo com os ex-governadores, ex-presidentes da República e ex-ministros. Ele nunca havia ocupado um cargo público antes desse mandato.

No Senado, destacou a aprovação da PEC 12/2014, votada na quarta-feira, que incluiu na Constituição a responsabilidade da União, estados e municípios de assegurar o acesso à pesquisa. Também pediu que seja aprovado projeto dele que garante a mulheres uma das duas vagas do Senado sempre que a renovação da Casa for de dois terços (PLS 132/2014).

— Qual é a razão de ser da política se não buscar os mecanismos possíveis para tornar nossas sociedades melhor? — disse, assegurando que vai permanecer na política, seja disputando as próximas eleições ou não.

Em aparte, Jorge Viana afirmou que sentirá muita falta do colega de bancada. Também se despediram de Anibal os senadores Antônio Aureliano (PSDB-MG), Ruben Figueiró (PSDB-MS) e Ana Rita (PT-ES).



Moreira Matiz/Agência Senado

Na avaliação do mandato, Mozarildo destaca ações em favor de Roraima

Depois de exercer dois mandatos como senador, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) discursou em Plenário na quinta-feira para fazer um balanço da atuação dele no Congresso. Destacou as ações que contribuíram para melhorar as condições de vida dos roraimenses.

Mozarildo citou a criação da Universidade Federal de Roraima, da escola técnica federal e de três rodovias federais. Ele classificou de equivocadas as políticas que os diversos governos tentaram implementar na Amazônia.

— Isso revela o desconhecimento que ainda existe sobre a Região Norte — afirmou.

O senador, que presidiu a primeira CPI do país para investigar a atuação das ONGs, especialmente as estrangeiras, afirmou que muitas dessas entidades agiram para que não houvesse harmonia nos processos de demarcação de terras no país.

Ele lamentou que o projeto dele que prevê a criação de um colégio militar em Roraima esteja parado na Câmara. Lembrou também da proposta dele para regulamentar a criação de municípios, que recebeu veto integral da Presidência.

— Fico feliz de vários colegas terem dito que já estão apresentando um projeto no mesmo sentido, para que nós possamos ter a possibilidade, dentro de critérios rígidos, de criar novos municípios. Porque não há uma regra rígida, nacional, para que todas as regiões possam, precedidas de um estudo de viabilidade, criar novos municípios no país — disse Mozarildo.



Moreira Matiz/Agência Senado

Servidores do Senado fazem homenagem a Sarney

Funcionários do Senado prestaram uma homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP) na sexta-feira. No Restaurante dos Senadores, ofereceram-lhe um café da manhã e fizeram manifestações emocionadas.

Sarney disse que, de todas as homenagens, essa foi a mais tocante por ter partido do que mais o ligou ao Legislativo: o conjunto de funcionários.

— Foram 40 anos aqui, em contato com gerações de servidores, a quem sempre tive por norma tratar como pessoas da minha família. Eu não acredito que se possa trabalhar sem um clima de harmonia e compreensão. Acredito que consegui essa empatia todos estes anos em que fui político e administrador.

Num discurso pleno de observações bem-humoradas, Sarney disse que sempre definiu o Senado como um matriarcado, daí por que aprendeu a obedecer às mulheres desde sua chegada, quando o Parlamento ainda ficava no Rio. E afirmou que nunca levantou a voz para insurgir-se contra os que com ele trabalharam.

— Na simplicidade e na humildade, a gente tem condições de construir muita coisa. E a paciência? O Brasil talvez deva isso à minha pessoa. Quando a história se contorcia, essa paciência funcionou.

Nessa referência aos fatos históricos que o levaram ao Palácio do Planalto, em 1985, Sarney contou que perguntou a Tancredo Neves quais eram



José Sarney recebe homenagem de servidores no Restaurante dos Senadores

as dez maiores virtudes de um homem público. Tancredo lhe respondeu que sete delas eram a paciência. O resto ele completaria como quisesse.

Sarney disse que abandonou a vida pública “sentindo saudades do futuro”. Citando Max Weber, afirmou que quem quiser a felicidade não deve

buscá-la na política.

Florian Madruga, diretor da Secretaria de Editoração e Publicações, entregou ao senador a obra *Política, Governo e Povo*, coletânea dos discursos de Sarney desde a chegada ao Parlamento. Na mesma ocasião, foi-lhe entregue uma imagem em resina de Nossa

Senhora Aparecida.

O presidente da Associação dos Servidores do Senado (Assefe), Petrus Elesbão, destacou o reconhecimento dos funcionários pelo papel de Sarney na modernização da instituição e a coragem com que o senador enfrentou os melhores e os piores momentos vividos pela Casa.

Também discursaram a ex-secretária-geral da Mesa Claudia Lyra; a ex-diretora-geral do Senado Doris Peixoto; o ex-secretário de Comunicação Social da Casa Fernando Cesar Mesquita; a diretora-adjunta de Gestão do Senado, Ilana Trombka; Hélio José, suplente que assumirá a vaga de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF); e Jorge Nova da Costa, suplente de Sarney.